



## HISTÓRIA

# Comissão conclui que JK foi assassinado

Relatório demonstra que ex-presidente morreu por ação de agentes da ditadura militar, quando viajava de carro para o Rio de Janeiro. Ele teria sido atraído para que fosse sabotado. Certidão de óbito será adequada às definições no documento

» DANANDRA ROCHA  
» FABIO GRECCHI

Por seis votos favoráveis e uma abstenção, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, aprovou ontem o relatório que conclui que o presidente Juscelino Kubitschek foi assassinado por agentes da ditadura militar. Com isso, o colegiado deverá adotar medidas para alterar a certidão de óbito de JK, adequando o documento às conclusões do relatório, conforme prevê a Resolução nº 601/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O parecer, elaborado pela historiadora Maria Cecília Adão, depois de mais de um ano de análise, revisita um caso que durante décadas foi oficialmente tratado como acidente automobilístico. A investigação se apoia em um vasto conjunto documental, incluindo inquéritos do Ministério Público Federal (MPF), laudos periciais e estudos produzidos por diferentes comissões da verdade.

Juscelino morreu em 22 de agosto de 1976, aos 73 anos, quando viajava pela Rodovia Presidente Dutra, na altura de Resende (RJ). O Chevrolet Opala em que estava era conduzido por Geraldo Ribeiro. A versão aceita à época sustentava que o veículo, atingido por um ônibus, perdeu o controle, atravessou a pista e colidiu de frente com uma carreta. O ex-presidente e o motorista morreram no local.

A nova investigação, porém, questiona elementos dessa versão. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a principal premissa utilizada para explicar a tragédia — a suposta colisão de um ônibus na traseira do carro — nunca teria ocorrido. A conclusão é considerada um dos pontos mais relevantes do relatório

Reprodução



Opala em que Juscelino viajava ficou completamente destruído na batida. Conclusão é de que o carro foi preparado e o motorista dopado

aprovado pela comissão.

Segundo a relatora, um encontro com emissários do então presidente Ernesto Geisel em um hotel teria sido o motivo para JK viajar ao Rio de Janeiro de carro. Essa reunião teria sido a isca para atrair o ex-presidente. Além disso, Geraldo pode ter sido sedado, sem contar que o Opala em que viajavam também teria sido sabotado nesse hotel.

Há ainda o testemunho de um caminhoneiro que estava atrás do caminhão no qual o carro de JK colidiu. Ele disse ter visto Geraldo

debruçado, parecendo desacordado, antes da batida. “O acidente não ocorreu como foi relatado. Se consideramos a situação política, as falhas, a notícia da morte dias antes, ocultação e destruição de provas, podemos dizer que o assassinato foi ocultado”, afirmou a Maria Cecília.

### Perseguição política

As dúvidas sobre as circunstâncias da morte de JK não são recentes. Cassado pelo regime militar e impedido de disputar eleições, o

ex-presidente permanecia como uma das figuras políticas mais influentes do país. Ao lado de João Goulart e Carlos Lacerda — ambos adversários políticos e ideológicos, mas igualmente perseguidos pela ditadura — integrou a Frente Ampla, movimento que defendia a restauração da democracia. Tornou-se, então, um dos principais alvos da repressão do regime dos generais.

Desde os anos 1970, parentes, pesquisadores e setores da sociedade civil levantam a hipótese de que a morte teria sido resultado

de uma trama política. As suspeitas levantaram, ao longo de cinco décadas, teorias sobre sabotagem do veículo e possíveis ações coordenadas de órgãos de segurança ligados à ditadura.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade analisou o episódio e concluiu que não havia elementos suficientes para caracterizar assassinato, mantendo a tese de acidente. O entendimento, entretanto, passou a ser contestado por comissões estaduais e municipais da verdade, especialmente em São Paulo e Minas Gerais, que

apontaram indícios compatíveis com uma ação deliberada contra o ex-presidente.

O relatório agora aprovado pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP) reúne mais de 5 mil páginas e aponta inconsistências em laudos produzidos na época, divergências em registros oficiais e falhas em documentos que sustentaram a investigação original. A análise também questiona a dinâmica do acidente e sustenta a existência de interferência externa que teria provocado a saída do automóvel da pista.



O acidente não ocorreu como foi relatado. Se consideramos a situação política, as falhas, a notícia da morte dias antes, ocultação e destruição de provas, podemos dizer que o assassinato foi ocultado"

Trecho do relatório da historiadora Maria Cecília Adão sobre a morte de JK

## SAÚDE PÚBLICA

# CFM proíbe utilização estética do PMMA

Reprodução/Instagram pessoal



A influenciadora Andressa Urach quase morreu após aplicação de PMMA

O Conselho Federal de Medicina (CFM) proibiu, ontem, o uso de polimetilmetacrilato, o PMMA, para finalidades estéticas ou reparadoras. A substância é utilizada como preenchedor em procedimentos estéticos. A única exceção permitida pelo CFM é para o tratamento de lipodistrofia em pacientes com HIV/Aids, que deverá ser realizado em unidades de alta complexidade credenciadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e em conformidade com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde.

Segundo o CFM, a resolução proibindo o PMMA será publicada em 2 de junho. O CFM já havia pedido a proibição do PMMA à Agência Nacional de Vigilância Sanitária anteriormente. A substância é um tipo de plástico que possui diversas aplicações, da indústria até a medicina. Nesse campo, costuma ser usado como gel para preencher pequenas áreas nas camadas mais superficiais da pele (preenchimento cutâneo). A Anvisa indica que a dosagem utilizada deveria ser aquela estritamente necessária para a correção das irregularidades e o procedimento deveria ser realizado exclusivamente por profissionais médicos treinados.

A agência estabelecia indicações

claras dos locais do corpo onde as aplicações podem ser feitas e a concentração exata da substância que pode estar contida em cada mililitro das injeções. Para preenchimentos subcutâneos, isto é, em camadas mais profundas da pele, era necessário que o profissional fosse registrado na Anvisa, pois o produto é considerado de máximo risco.

Na terça-feira, uma mulher morreu em São Paulo após passar

por um preenchimento com PMMA na região dos glúteos e das coxas no dia anterior. Outros casos de mortes relacionadas ao PMMA já haviam sido registrados no Brasil antes, como o da influenciadora digital e modelo fotográfica Aline Maria Ferreira da Silva, que morreu aos 33 anos em julho de 2024.

Outro caso famoso é o da modelo Andressa Urach, que ficou entre a vida e a morte em 2014 após usar

o PMMA e outra substância, o hidrogel, para preenchimento. Mas conseguiu se recuperar.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), o uso da substância pode causar reações de curto prazo, como edemas locais, processos inflamatórios, reações alérgicas e formação de granuloma (tipo de inflamação causada pelo sistema imunológico), e também tardias, muitos anos após a realização da injeção.

Segundo a cirurgiã plástica Marcela Cammarota, membro do conselho científico e porta-voz da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, a SBCP é estritamente contra o uso do PMMA para fins estéticos. Ela explica que, na medicina, a substância é usada na forma de microesferas, que devem ter um tamanho específico para que o organismo não a rejeite. Essa particularidade, por sua vez, exige muita cautela de quem realiza o procedimento.

Se forem muito pequenas, podem ser "engolidas" pelas células, fazendo com que o corpo reconheça o PMMA como uma substância não compatível, levando os anticorpos a atacarem o local do preenchimento. Se forem muito grandes, podem causar inflamações e o corpo tentará expulsá-lo.

## Produto da Ypê volta a ser liberado

Reprodução/Instagram Ypê



A empresa Química Amparo, fabricante dos produtos Ypê que teve as operações suspensas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no início do mês, está apta a retomar suas atividades. A informação sobre a reabertura foi divulgada pelo próprio presidente da Anvisa, Leandro Safatle, e pelo diretor responsável pelas fiscalizações na agência, Daniel Pereira. “Verificamos que esta fábrica da Ypê já reúne as condições necessárias para operar com segurança e oferecer produtos sem risco sanitário”, disse Safatle, em visita às instalações da Química Amparo. O local havia tido as operações suspensas pela Anvisa em 7 de maio. Em abril, a agência constatou que, em duas linhas de produção, a empresa descumpria normas do processo produtivo e tinha falhas nos sistemas de garantia da qualidade. O órgão suspendeu a comercialização, a distribuição e o uso de vários produtos da Ypê, de lotes com numeração final 1. A Anvisa realizou uma reinspeção na Química Amparo, entre quinta e ontem, e constatou que a empresa implementou medidas corretivas e melhorias nas linhas de produção interditas, além de ter apresentado um plano de ação para atender aos 76 requisitos sanitários identificados em abril.